



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

MANAUS, AM, 1^a DE ABRIL DE 1995

Senhor Governador Amazonino Mendes; Senhores Ministros, especialmente o Ministro Gustavo Krause, que nos saudou; Senhor Prefeito de Manaus, Eduardo Braga; Senhor Embaixador Representante da União Européia, que está aqui presente entre nós; Senhor Representante do Banco Mundial, que também se encontra aqui; Encarregado de negócios da Alemanha; Sr. Sebastião; Senhores Parlamentares Federais, Estaduais, Municipais, Senadores, Deputados; Senhores Membros das Delegações, tanto dos extrativistas como das comunidades indígenas que aqui estão; Senhoras e Senhores;

Hoje foi um dia realmente completo para mim. E nada mais aprazível e também mais simbólico que estarmos aqui, hoje, neste palácio de palha.

Palácio para o povo brasileiro é onde é possível haver o encontro da população com seus governantes. E a palha é um bom abrigo do sol, quando ele é inclemente, e a abertura desses espaços mostra que o Governo não quer nenhuma distância do povo.

Além dessa simbologia e do local onde nos encontramos, a verdade é que nós estamos dando passos importantes para levar adiante as transformações por que o Brasil clama e de que necessita.

Hoje faz três meses que sou Presidente da República. Conseguimos colocar em prática, em três meses, o que, apesar dos enormes esforços dos Governos anteriores e notadamente do Senador Coutinho Jorge, nós não teríamos conseguido se não tivesse trabalho antes. Ninguém cresce fazendo o que outro fez. Só se cresce acrescentando.

Passaram-se três meses apenas que nós estamos em ação, cumprindo à risca o nosso programa. Eu não parei diante de nada. Faz pouco mais de uma semana, assinei desapropriação da ordem de 1 milhão de hectares de terra, para assentar os 40 mil colonos que disse que assentaria neste ano. Nunca se fez isso no Brasil.

Hoje, aprendi, pela manhã, que tão grande quanto o assentamento de colonos, em termos de reforma agrária, é a existência das áreas extrativistas, das reservas extrativistas: 1,6 milhão de hectares de terras, com vantagem – junta-se o homem à terra e faz-se com que haja uma integração entre a natureza e o trabalho, entre a natureza e o progresso.

Esse é o caminho do outro braço da reforma agrária, dita de outra maneira e modernamente. É, dentro das possibilidades do País, acomodar aqueles que precisam de trabalho, de ocupação e de terra.

Estamos aqui dando cumprimento a esse tipo de missão. E é com muita alegria que passamos às entidades que organizam os extrativistas recursos que vieram do G-7. G-7 significa os países mais ricos do mundo. Eles nos forneceram 1,6 bilhão; concederam, por enquanto, 250 milhões. Nós tardamos tanto, e só hoje chega um pouquinho disso.

Precisamos preservar os nossos esforços, de nós, brasileiros, para que tenhamos também força moral para pedir aos ricos que continuem pagando uma parte daquilo que corresponde ao bem-estar da humanidade, que é a preservação, com dignidade e com oportunidade de desenvolvimento, dessa riqueza extraordinária que é a Amazônia.

Gostei muito de ouvir o representante das comunidades indígenas quando disse que afastamos de nós essa idéia de internacionalização ou de ter, em seus elementos, essa manobra. Isso é inaceitável no Brasil. Não é isso. É a dignidade da comunidade indígena.

Apraz-me também dizer, diante do Relator da Constituinte de 88, que esse artigo citado foi posto lá por três pessoas: pelo Relator, pelo

Deputado Fábio Feldmann e por mim. E tivemos a segurança de, por muito tempo, resistir a pressão de todo tipo. Quase nunca me recordo dessas coisas, nem as conto. Mas o que me recordou o senhor é verdade: resistimos a muita pressão, discutimos infinitas vezes para mudar a concepção da relação entre o Estado e a população indígena. Pusemos um ponto final numa tendência assimilacionista e abrimos espaço ao reconhecimento da diversidade cultural e do direito daqueles que são diversos, mas pertencem ao mesmo todo, porque são membros da sociedade brasileira e dela não se querem afastar. É isso que diz a Constituição de 88.

De lá para cá, transcorreram cinco anos para a demarcação das terras. Eu tenho só três meses de Governo, mas já estamos assinando convênios que permitem a demarcação. Há problemas? Há problemas. Em Mato Grosso é sério, no Maranhão é sério, em Alagoas é sério, no Pará, meu Deus! Problemas se resolvem. Não podem ficar se arrastando porque não se resolvem pela imposição. Há que se encontrar canais de conversação e de negociação. Há que se redefinir, mas redefinir preservando o que manda a Constituição. O que for legítimo do índio tem que ser demarcado, com tranquilidade, mas com firmeza, e será demarcado.

Há modos de convivência, há modos de conversar. No Maranhão, recentemente, conversando com a Governadora Roseana Sarney, soube que havia um problema muito grave. Igreja, grupos indígenas, posseiros, todos tinham razão, mas alguém havia de arbitrar.

Poder-se-ia arbitrar usando a vontade do império: faz-se assim. Não foi o que aconteceu. Negou-se e chegou-se a uma solução razoável, que atende aos direitos dos índios e atende, também, aos posseiros e sem-terra que lá estavam, que não eram latifundiários, mas era gente pobre molestando outros pobres. E isso é do nosso mundo. São pobres brigando contra pobres. Não tem cabimento. Quando se trata de exploração, pára-se a exploração; quando se trata da distribuição da miséria, organiza-se de modo que não seja tão grande a miséria, ou que a terra não seja tão pouca que não seja possível atender à maioria, atender ao índio e atender ao que trabalha e não tem, talvez, direito imemorial à terra; mas alguma terra há de ter para que ele possa trabalhar.

Quero dizer com toda a sinceridade e também falar com palavras diretas, porque isto aqui é um começo: o começo nós podemos organizar já, de forma rápida, com os apoios já deferidos, mas é um começo que terá continuidade.

Na conversa, de manhã, com as ONGs, surgiu uma necessidade, reafirmada agora mesmo pelo Atanagildo, que colocou com tanta ênfase a questão relativa à necessidade do financiamento para aquele que não tem garantias para dar a um banco. Na reunião com os Governadores, hoje, pedi à secretária do Comunidade Solidária, que lá estava, que viabilizasse, por um mecanismo de um banco popular, um recurso para o trabalhador pobre, para o sujeito que precisa fazer uma pequena canoa para melhorar a sua pesca, melhorar, às vezes, a tarrafa; ou mesmo de algum instrumento para aperfeiçoar, no seringal, o seu trabalho; ou, quem sabe, de um animal de tração; e não precise dar garantias que não tem, porque não está inserido no sistema capitalista de produção, está inserido num modo de subsistência, e não se pode pedir garantia de um sistema a outro sistema.

Então, é possível viabilizar isso. Pedi àqueles que tomam decisões que fizessem isso hoje mesmo. Não esperei que passassem 24 horas para acolher a sugestão, que me pareceu boa. E vamos insistir, insistir, insistir. Na minha administração, só há um lema: água mole em pedra dura, tanto bate até que fura. Vamos insistir que se consegue.

De modo que é isso que queria transmitir, com muita cordialidade, se é que posso usar essa expressão, e com muito empenho também, àqueles que se deram ao trabalho de vir até a mim para esta conversa, nesta tarde, e agradecer o modo pelo qual se expressou o Ministro Gustavo Krause, que se vê que é um homem que pensa com a cabeça, mas usa o coração para que o pensamento vá mais longe; e que tem razão quando disse aqui que sou guiado por utopia. Eu uso uma expressão um pouquinho diferente da que ele disse. Costumo dizer: uma utopia realista, que é uma contradição dos termos. Mas eu faço de propósito.

A gente tem de divisar alguma coisa mais longe para poder alcançar. Não se alarga o limite do possível quando não se tenta o impossível. Tenho repetido, muitas vezes, que a política não é a arte do possível: a

política é a arte de tornar possível aquilo que é necessário. É necessário um novo tipo de relacionamento para a população da Amazônia, para os que aqui estão, os extrativistas, os grupos indígenas, as populações mais pobres. É necessário que haja um esforço grande para que redeseñemos as relações entre o Governo e a sociedade civil.

Nós vamos fazer isso. Não precisamos guerrear entre nós para isso. Basta que colaboremos, usando o raciocínio, para podermos encontrar boas soluções, mas usando o coração, para que possamos ser realmente movidos com aquela vontade sem a qual nada se faz, que é a vontade de acertar, é a vontade de estarmos juntos, é a vontade de realmente dizermos: “Meu Deus, esse Brasil, que tem essa Amazônia tão formidável, é mesmo nosso; nosso, de cada um de nós, porque ele dá a nós aquilo de que precisamos para viver – aquela palavra que foi dita aqui e de que eu gosto muito – dignamente.”

Que vocês tenham uma vida digna, é tudo que o Presidente da República deseja.